

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

VITÓRIA ALVES COSTA

**A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DOS
SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (SUSEPE RS) NAS
PAUTAS DE TRATAMENTO PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

Porto Alegre
2022

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

VITÓRIA ALVES COSTA

**A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL (SUSEPE RS) NAS PAUTAS DE TRATAMENTO PENAL E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas pela Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Cleusa Maria Andrade Scroferneker

Porto Alegre

2022

VITÓRIA ALVES COSTA

**A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL (SUSEPE RS) NAS PAUTAS DE TRATAMENTO PENAL E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas pela Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 01 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Cleusa Maria Andrade Scroferneker
(Orientadora)

Profa. Dra. Denise Pagnussatt

Profa. Me. Susana Gib Azevedo

Porto Alegre

2022

Dedico este trabalho ao meu avô, Marco (in memoriam),
que tanto me apoiou e incentivou
nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento mais importante da minha vida e eu não poderia deixar de registrar a minha gratidão as pessoas que estiveram comigo durante essa jornada. Agradeço primeiramente a Deus e aos meus guias espirituais, que me mantiveram firme durante esses cinco anos de faculdade.

Aos meus pais, Fernanda e Fernando, aos meus avós, Rose e Marco (In memoriam), a minha bisavó Enilda, vocês são o meu porto seguro e os responsáveis por eu concluir a faculdade. A minha grande família que todos de certa forma contribuíram para que este momento chegasse, o meu muito obrigada.

Meus agradecimentos às minhas amigas, Dani, Ana, Jéssica, Keyla e ao meu companheiro Edwin pela compreensão da minha ausência. E ao meu trio formando no curso, Dy e Nic, vocês foram fundamentais nessa jornada.

Aos professores que eu tive o prazer de conhecer durante a faculdade, em especial a minha orientadora Cleusa Scroferneker, que acreditou em mim mais do que eu mesma. Vocês moram no meu coração.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivos discutir sobre as atribuições e especificidade de uma assessoria de comunicação; destacar as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe e evidenciar a atuação dessa assessoria nas pautas de tratamento penal e segurança pública. Para atender aos objetivos, adotamos como procedimentos metodológicos a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2018) e (MINAYO, 2002), para contextualizar o tema e embasar o estudo, bem como entrevistas em profundidade (DUARTE, 2008) com a coordenadora de comunicação da Susepe, Sue Gotardo e a jornalista, Gisele Reginato, que atua nessa assessoria, bem como a Prof.^a Dr.^a. Rosângela Florczak, que ministra a disciplina de assessoria de comunicação na Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, que possui domínio no tema. Em relação aos resultados destacamos a relevância da assessoria de comunicação, principalmente nas organizações públicas, pois como vimos em relação a Susepe, cabe à assessoria a responsabilidade de prestar contas à sociedade, levando informação ao cidadão.

Palavras-chave: Assessoria de comunicação; Assessoria de Imprensa; Comunicação pública; Susepe.

ABSTRACT

This monograph aims to discuss the attributions and specificity of a communication consultancy; highlight the characteristics of the performance of the communication advisory of the Superintendence of Penitentiary Services - Susepe and highlight the performance of this advisory in the guidelines of criminal treatment and public safety. To meet the objectives, we adopted as methodological procedures the carrying out of a bibliographical and documentary research (GIL, 2018) and (MINAYO, 2002), to contextualize the theme and support the study, as well as in-depth interviews (DUARTE, 2008) with the Susepe's communication coordinator, Sue Gotardo, and the journalist, Gisele Reginato, who works in this department, as well as Prof. Dr. Rosângela Florczak, who teaches communication consultancy at the School of Communication, Arts and Design – Famecos, who has mastered the subject. Regarding the results, we highlight the relevance of communication advisory services, especially in public organizations, because, as we saw in relation to Susepe, it is the advisory's responsibility to render accounts to society, bringing information to citizens.

Keywords: Communication consultancy; Press office; Public communication; Susepe.

LISTAS DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Delimitação de função	12
Figura 2 – Proposta de Modelo de campo da comunicação pública	15
Figura 3 – Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública	18
Figura 4 – Site da Susepe	21
Figura 5 – Organograma	22
Figura 6 – Identificação da ASCOM da Susepe	24
Figura 7 – Perfil da Susepe no <i>Instagram</i>	25
Figura 8 – Perfil da Susepe no <i>Facebook</i>	26
Figura 9 – Perfil da Susepe no <i>Twitter</i>	27
Figura 10 – Identificação das três frentes de atuação da ASCOM	28
Figura 11 – Frente um	29
Figura 12 – Frente um	30
Figura 13 – Frente dois	31
Figura 14 – Frente três	31
Figura 15 – Dia a dia da assessoria de comunicação da Susepe	48
Quadro 1 – Síntese das entrevistas - ASCOM [parte 1]	35
Quadro 2 – Síntese das entrevistas - ASCOM [parte 2]	39
Quadro 3 – Síntese da entrevista com a especialista	40

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
2	ASSESSORIA DE IMPRENSA E ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: SUAS ESPECIFICIDADES	9
2.1	ASSESSORIA DE IMPRENSA X ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	9
2.2	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SUAS INTERFACES	13
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SUSEPE	17
3.1	SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS – Susepe	19
4	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SUSEPE	24
5	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO NO DIA A DIA: APROXIMAÇÕES COM A TEORIA	33
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	33
5.2	SÍNTESE E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICES.....	50
	ANEXOS.....	51

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pelo tema em estudo foi definido a partir da nossa percepção e entendimento do valor do profissional de comunicação no serviço público, principalmente no sistema prisional, que se deu a partir da realização do estágio em Relações Públicas na Assessoria de Comunicação da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), na qual a Superintendência Dos Serviços Penitenciários (Susepe) é vinculada. Outro fator relevante para a escolha do tema foi constatar que no Brasil, há poucos estudos que contemplem a comunicação e o sistema prisional, o que evidencia uma abordagem original.

O sistema prisional, geralmente, não é bem-visto pela sociedade, cercado de preconceito. Esse preconceito é recorrente, na maioria das vezes, pela ausência de informações adequadas, tornando, relevante o nosso estudo sobre a assessoria da comunicação da Susepe, no sentido de destacar a sua atuação, em como desenvolve a sua comunicação, para que a sociedade tenha um olhar diferente e maior conscientização sobre o sistema. Conforme comenta André (2020, p. 11):

Enfrentamos uma situação paradoxal, na qual a sociedade indigna-se com os poderes públicos frente à ineficácia em prestar segurança à população e, por outro lado, os apenados não dispõem de condições mínimas de sobrevivência em penitenciárias sem estrutura física e humana para o encarceramento.

Para além da afirmação de André (2020), há o agravante da fragilidade de políticas públicas por parte do Estado, para auxiliar no combate ao preconceito da sociedade com as pessoas privadas de liberdade (PPL), exigindo maior visibilidade das diversas atividades¹ que essas pessoas realizam nas unidades prisionais do Rio Grande do Sul².

Acreditamos que entender a atuação da assessoria de comunicação, em um contexto como o do sistema prisional e principalmente, da Susepe, no Rio Grande do Sul, contribuirá sobremaneira para a área de Relações Públicas, mas também para

¹ As atividades vão desde o artesanato, a fabricação de ração para cachorros, até o uso de mão de obra prisional para benefício do próprio Estado e da comunidade em geral.

² Cabe ao Departamento de Tratamento Penal (DTP): “[...] planejar, coordenar, orientar e supervisionar políticas e ações de saúde física e mental, assistência psicossocial e jurídica, educação, capacitação profissional, cultura, esporte e lazer das pessoas privadas de liberdade, bem como outros julgados convenientes e necessários (Conforme Decreto Nº 48.278, de 25 de agosto de 2011)”.

uma perspectiva de um olhar integrado, contemplando o Jornalismo e a Publicidade e Propaganda.

A Susepe é o órgão responsável pela administração das penas e do monitoramento do sistema prisional gaúcho, tendo como objetivo a reeducação e a reinserção da PPL na sociedade. Para isso, a Instituição conta com o departamento de tratamento penal que coordena e cria as políticas públicas como, cuidado à saúde física e mental, educação, entre outras. Mas também há um departamento que cuida da segurança e execução penal, o qual comanda as operações, escoltas e o funcionamento das unidades prisionais (SUSEPE, 2022).

Além desses departamentos que se envolvem diretamente com as pessoas privadas de liberdade (PPL), e com as casas prisionais, há também aqueles que atendem a parte interna da instituição, tais como o departamento administrativo e de planejamento, bem como a assessoria de comunicação. Considerando a abrangência do tema, delimitou-se a pesquisa na atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE RS) no que se refere às pautas de tratamento penal e segurança pública. A partir dessa delimitação, definimos três problemas de pesquisa:

- 1) Quais as atribuições e especificidade de uma assessoria de comunicação?
- 2) Quais as características da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe?
- 3) Como se deu a atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe em relação às pautas de tratamento penal e segurança pública?

Com base nesses problemas, os seguintes objetivos que nortearão esse estudo:

- 1) Discutir sobre as atribuições e especificidade de uma assessoria de comunicação;
- 2) Destacar as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe,
- 3) Evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe nas pautas de tratamento penal e segurança pública.

Para a realização da monografia, foram selecionados livros, artigos e notícias, que serviram como base teórica para o estudo do tema em questão. A metodologia inclui a pesquisa bibliográfica e documental a qual recorreremos aos autores como Alamansa (2010), Brandão (2012), Chaparro (2018), Da Almeida (2021), Duarte (2011,2012,2018), Kopplin e Farraretto (2013), Kunsch (2003, 2011), Oliveira (2004), Scroferneker (2004), Weber (2002, 2004). Tais autores subsidiaram as nossas reflexões sobre assessoria de imprensa e assessoria de comunicação. Realizamos, igualmente, entrevistas em profundidade (DUARTE, 2008) com a coordenadora de comunicação da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo que também é a coordenadora da assessoria da Susepe, Sue Gotardo e com a jornalista da Susepe, Gisele Reginato e com a Decana e professora da Escola de Comunicação Artes e Design – Famecos, jornalista com expertise no tema.

A presente monografia, portanto, é uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2010, p. 27), “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis”. A pesquisa qualitativa, por sua vez,

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21-22).

A pesquisa bibliográfica tem como base em livros e artigos científicos que já passaram por edições e revisões, isto é, “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2008. p. 50). Já a pesquisa documental, segundo Gil (2008), é composta por materiais que ainda não receberam um tratamento analítico e que podem ter algum tipo de alteração. A entrevista em profundidade, que foi nossa opção de técnica de pesquisa

[...] é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. (DUARTE, 2008, p.64).

A monografia está organizada em seis capítulos, sendo o primeiro destinado às considerações iniciais, em que apresentamos brevemente o tema, os problemas, os objetivos e os procedimentos metodológicos do nosso estudo.

No segundo capítulo, desenvolvemos um breve histórico sobre a assessoria de imprensa, a assessoria de comunicação, destacando as suas semelhanças e diferenças, considerando a perspectivas dos autores selecionados. Também, abordamos a comunicação pública e suas interfaces, visto que o nosso objeto de estudo é um órgão público. Já no terceiro capítulo, destacamos o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, para contextualizar o setor em que a Susepe está inserida, para então entender esse setor no Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo, refere-se exclusivamente à assessoria de comunicação da Susepe e suas especificidades no detalhe, a partir de uma observação do seu site e mídias digitais. E no quinto capítulo, buscamos aproximar as entrevistas realizadas com o nosso referencial teórico. Por fim, temos as considerações finais do estudo, buscamos responder aos problemas propostos para atender aos nossos objetivos.

2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: SUAS ESPECIFICIDADES

Tendo em vista os objetivos do trabalho, neste capítulo abordamos os conceitos de assessoria de imprensa e assessoria de comunicação, considerando as suas semelhanças e diferenças. Por tratar-se de uma Instituição Pública, trazemos para a discussão, alguns conceitos sobre comunicação pública e suas interfaces.

2.1 ASSESSORIA DE IMPRENSA X ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Inicialmente, é importante precisarmos que o conceito de assessoria de imprensa foi proposto por Ivy Lee, jornalista que em 1906 idealizou essa função. Segundo Chaparro (2018, p.3):

Com um bem-sucedido projeto profissional de relações com a imprensa, a serviço de um cliente poderoso, Ivy Lee conquistou, por direito e mérito, na história moderna da comunicação social, o título de fundador das relações públicas, berço da assessoria de imprensa. Ou vice-versa. Qualquer que seja a escolha nominal da precedência, a criança é a mesma. E o pai chama-se Ivy Lee.

O jornalista Ivy Lee, “percebeu a excelente oportunidade para abrir um novo negócio: prestar assessoria que auxiliasse os empresários a corrigir a imagem que deles fazia a opinião pública” (CHAPARRO, 2018. p. 5), com o objetivo que as pessoas tivessem uma boa impressão e/ou imagem da empresa que estava sendo noticiada com informações de interesse público a fim de evitar as denúncias. E nesse contexto, que se deu o famoso slogan “the public be damned”³, dito por Vanderbilt em retorno aos jornalistas que pediam esclarecimentos pelo encerramento de uma ferrovia. É importante destacarmos que a atuação de Lee ainda hoje é questionada, visto que envolvia a construção de uma imagem positiva para uma das empresas de Rockefeller, que estava sendo acusada de explorar os seus funcionários (CHAPARRO, 2018).

Autores como Chaparro (2018) e Andrade (1983) comentam sobre Ivy Lee, ser o responsável pela origem das relações-públicas e da assessoria de imprensa, uma

³ O significado do termo dito por Vanderbilt “público que se dane”.

vez que fundou a declaração de princípios aos editores e posteriormente a escola das relações-públicas.

Ivy Lee não se limitou a cuidar bem do relacionamento com a imprensa. Homem de comunicação, sabia que a imagem das pessoas, como a das instituições, não se muda com conversa fiada e notas em jornais. Por isso, desenvolveu habilidades e técnicas de criar fatos noticiáveis, de preferência retumbantes. Com eles alterou os valores de referência associados à imagem pública de John Rockefeller. E fundou a escola das relações públicas. (CHAPARRO, 2018. p. 7)

Para Duarte (2018, p. 49), “o principal papel de um AI⁴ é informar à sociedade sobre assuntos de interesse público com características noticiosas sobre os quais a fonte ou organização em que atua tem protagonismo ou interesse”. O autor afirma que a função de AI é predominantemente realizada por bacharéis em jornalismo.

Ao longo dos anos seguintes, em menor ou maior grau, as assessorias de imprensa ampliaram seu papel a partir da busca de visibilidade, da necessidade de transparência e das demandas naturais dos diferentes públicos. E tornaram-se o embrião de uma comunicação organizacional complexa e diversificada que continua a evoluir com a impulsão da comunicação digital. Uma das consequências é que embora a expressão assessoria de imprensa continue designando áreas e profissionais, esses ampliaram suas responsabilidades, superando fronteiras estabelecidas na origem da atividade. Jornalistas agora também atuam em gestão e produção de conteúdo institucional, capacitam fontes, fazem planejamento de divulgação, marketing político, e atuam em uma enorme variedade de funções, inclusive comunicação interna. E estão no Legislativo, Executivo, Judiciário, em empresas públicas, terceiro setor, universidades, Forças Armadas, sindicatos, entidades de classe, trabalhando para pessoas físicas, em consultorias, agências de comunicação e em vários ramos relacionados à informação institucional ou mercadológica. (DUARTE, 2018. P. 49)

O profissional de AI no Brasil, segundo Duarte (2018), pode ainda redigir publicações, criar e gerenciar os conteúdos de mídias sociais, entre outras funções, passando a ser um assessor de imprensa de alguém ou alguma organização, seja ela pública, privada e/ou terceiro setor, estabelecendo o relacionamento com a mídia.

Já na visão de Da Almeida (2021, p.14), “as atividades da assessoria de imprensa almejam levar informações relevantes sobre o assessorado à sociedade como um todo ou a públicos específicos, e o faz considerando a formação de uma imagem positiva da organização ou personalidade assessorada”. Além disso, a autora traz um ponto importante para o nosso estudo, em que a atuação dos

⁴ Sigla de Assessoria de Imprensa, usada por Duarte (2018. p.49).

assessores em órgãos públicos visa “ampliar a divulgação das ações das administrações para as quais trabalham (nos três níveis: federal, estadual e municipal) e para tornar mais próxima à relação dos gestores com a comunidade”. (DA ALMEIDA, 2021. p. 20)

Scroferneker (2004, p.89-90) faz uma provocação interessante em relação à AI, ou seja,

[...] comunicação como ferramenta estratégica fizeram com que as assessorias de imprensa - contratadas para facilitar a aproximação com veículos de comunicação - começassem a rever os seus conceitos em relação à sua atuação restrita, para (re)pensar comunicação em toda a sua complexidade e abrangência. Só que nesse (re)pensar as assessorias de imprensa esqueceram (e/ou negligenciaram) que as relações públicas já atuavam como assessorias de comunicação há bastante tempo, na medida em que é seu objeto mediar os relacionamentos entre organizações e seus públicos, e a imprensa é uma categoria de público. (SCROFERNEKER, 2004. p.89 - 90)

Considerando essa dualidade: Assessoria de Imprensa x Assessoria de Comunicação, de acordo com Kopplin e Ferraretto (2009, p. 107) a assessoria de comunicação é um "serviço especializado que coordena todas as atividades de comunicação entre um cliente e seus públicos, por meio do estabelecimento de uma política específica e da aplicação de estratégias predefinidas, englobando ações nas áreas de jornalismo, relações-públicas e publicidade e propaganda." Os autores se referem à assessoria de comunicação (FIGURA 1), como ACS (Assessoria de Comunicação Social), nomenclatura que faz sentido, visto que para uma organização privada, pública e/ou de Terceiro Setor há necessidade da interlocução das três áreas da comunicação. Para os autores, cada área tem funções específicas e distintas, ou seja, “estas diferenças devem ficar claras, para que não haja desrespeito à legislação ou ao código de ética dos profissionais de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda”. (KOPPLIN; FERRARETTO, 2009, p.9).

Figura 1 - Delimitação de função



Fonte: Kopplin e Ferraretto (2009. p. 11).

O conceito apresentado por Kopplin e Ferraretto (2009) sobre o que é ACS, nos remete ao conceito de comunicação integrada de Kunsch (2003), que contempla a comunicação institucional, a comunicação mercadológica, comunicação interna e da comunicação administrativa. Na perspectiva de Kunsch (2003), a assessoria de comunicação vincula-se à comunicação institucional.

Na perspectiva de Almansa (2010), pesquisadora da Universidade de Málaga (Espanha), também graduada em Relações Públicas, a assessoria de comunicação é uma atividade muito semelhante com a de relações-públicas. A autora menciona a possibilidade de outras denominações para a assessoria de comunicação, tais como: assessoria de imprensa, departamentos de comunicação às agências de Relações Públicas. Conforme, a autora:

É verdade que podem existir diferenças funcionais entre uns e outros, mas que estão motivadas, precisamente, pela ausência de um modelo de assessoria de comunicação, o que permite que se autodenominem assessorias (ou termo similar) estruturas que apenas se ocupem de algumas funções básicas. A isso nos referíamos quando falávamos da falta de delimitação funcional, que não tem estabelecido quais devem ser as funções básicas de uma assessoria de comunicação para que se possa denominá-la assim. (ALMANSA, 2010.p 17).

A assessoria de comunicação, portanto, “é uma estrutura organizada, subordinada diretamente à alta direção, que coordena e interliga todas as ações de comunicação, sejam elas internas ou externas, para criar, manter ou melhorar a imagem da organização perante os seus públicos”. (ALMANSA, 2010. p.23) Do mesmo modo, que o conceito de ACS trazido por Kopplin e Farrarreto (2009) se conecta com o conceito de comunicação integrada (KUNSCH, 2003) Almansa compreende que as funções de uma assessoria de comunicação envolvem todos os tipos de comunicação, uma vez que elas também formam parte das funções. (ALMANSA, 2010)

Ainda na obra de Almansa, são mencionadas obras de alguns especialistas em assessoria de comunicação, como Martín (1998); Simon (1996); Gruning e Hunt (2000) e Wilcox, Autt, Agee e Cameron (2000) que comentam que cada vez mais as assessorias têm tido funções de Relações Públicas, ou seja,

[...] os quatro autores mencionados anteriormente põem em destaque que “os jornalistas buscam e selecionam informações com o objetivo primordial de oferecer ao público notícias e informação”, enquanto que “os profissionais de Relações Públicas também buscam fatos e informações com o objetivo de informar o público, mas o objetivo é diferente. A atividade de comunicação é tão somente um meio para conseguir um fim. Em outras palavras, o objetivo não é apenas o de informar, mas sim mudar atitudes e comportamentos das pessoas, para avançar até as metas e objetivos da organização”. (ALMANSA, 2010. p. 36)

Os conceitos de assessoria de imprensa e assessoria de comunicação parecem semelhantes, porém apresentam especificidades que os distinguem. Nesse sentido, a assessoria de comunicação (AC) é o *locus* de atuação das áreas da comunicação (Relações Públicas e Publicidade e Propaganda) e até a assessoria de imprensa, que no primeiro momento era uma atividade apenas de Jornalismo. Já a assessoria de imprensa é uma parte da AC que trabalha visando o relacionamento com a mídia, bem como com a opinião pública sobre uma determinada organização.

2.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SUAS INTERFACES

Inicialmente é necessário estabelecer a diferença entre três conceitos-chave: comunicação pública, comunicação governamental e comunicação política. Para Oliveira (2004, p.187), a “comunicação pública é um conceito mais amplo, envolvendo toda a comunicação de interesse público, praticada não só por governos, como

também por empresas, Terceiro Setor e sociedade em geral”. Ainda na visão de Oliveira (ibidem, p.199), “é neste sentido que a Comunicação assume o desafio de promover a educação com fim social, aproximar os diferentes setores, e desenvolver instrumentos de prestação de contas, informação e conscientização junto à sociedade”.

A comunicação pública (CP)⁵ é responsabilidade do Estado e do Governo para com seus cidadãos. Conforme Brandão (2012, p.5):

compreender comunicação pública como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania. Entre elas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias, enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado, como conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos, como telefonia, eletricidade etc.

A comunicação pública, portanto, é todo o processo de comunicação do primeiro, segundo e terceiro setor, tendo como objetivo o interesse público. (BRANDÃO, 2012).

Já na perspectiva de Duarte (2012, p.61), a “comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo”. O mesmo autor (FIGURA 2), traz os conceitos de comunicação governamental e política, bem como apresenta a proposta de modelo de campo da comunicação pública que em suma representa como é a comunicação pública e quais os seus atores (DUARTE, 2012).

⁵ Sigla para Comunicação Pública, segundo Brandão (2012).

Figura 2 - Proposta de Modelo de campo da comunicação pública



Fonte: Duarte (2011. p. 126).

Chamamos a atenção para os atores em destaque na figura 2, visto que esses [atores] ‘atuam’ na CP e na comunicação governamental quando nos referimos ao Poder Executivo e à sociedade. Conforme afirma Duarte (2011, p.125) a comunicação governamental é constituída por “fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Executivo e a sociedade”.

Na mesma linha para Brandão (2012) a comunicação governamental:

[...] pode ser entendida como comunicação pública, na medida em que ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômicos e social [...] Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público. (BRANDÃO, 2012. p. 5)

Já a comunicação política, na visão de Brandão (2012), precisa ser entendida sob dois ângulos: o primeiro diz respeito aos instrumentos e técnicas de comunicação para a expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos de governos e até partidos; e o segundo ângulo refere-se às disputas entre proprietários de veículos e detentores das tecnologias de comunicações (BRANDÃO, 2012. p. 6). Para

essa autora tanto a comunicação governamental quanto a política estão dentro da comunicação pública, porém não podemos dizer que são sinônimos (BRANDÃO, 2012).

A comunicação governamental, portanto, é aquela realizada pelo governo, tendo como um dos objetivos a prestação de contas e a comunicação política é como o próprio nome diz, é a política dos partidos e está ligada ao marketing político (WEBER, 2007).

No espaço da comunicação política estão incluídas instituições e sujeitos organizados em torno dos sistemas da comunicação que constituem o campo político. A comunicação governamental, comunicação dos partidos, comunicação do parlamento é gerada por instituições que possuem na sua natureza o poder público por delegação e, por direito, representam o interesse público na qualidade de Poder Executivo e o Poder Legislativo abrigados pelo Estado republicano. (WEBER, 2007. p. 26)

Na perspectiva de Duarte (2011), por sua vez, comunicação política é o “discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação à ideias ou atividades que tenham relação com o poder”, ou seja, focada nos partidos políticos e nas eleições. (DUARTE, 2011. p.125)

Em suma, toda organização realiza ou deveria promover e estimular a comunicação pública, visando dialogar com o cidadão e zelar pelo interesse público. Ressaltamos que neste estudo vamos nos deter no conceito de comunicação pública e comunicação governamental, visto que o nosso objeto de estudo é uma Instituição Pública do Governo do Estado, o qual será detalhado no capítulo que segue.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SUSEPE

Neste capítulo realizamos um breve resgate sobre a segurança pública no Brasil e os seus atores, apresentando uma ordem das informações, numa perspectiva micro e macro. A nossa opção por essa ordem de nível hierárquico, visa contextualizar a Susepe e sua atuação.

Hoje, no Brasil, a segurança pública faz parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que atua na “defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública; e a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), entre outras atividades.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 144,

a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares e VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

Todos esses órgãos nas três instâncias: federal, estadual e municipal são incumbidos de proteger a integridade do país, “implementando políticas públicas, fazendo o policiamento e acompanhando os dados relacionados à segurança pública no Brasil”, conforme o texto “O problema da (in)segurança pública no Brasil” publicado pela Redação Brasil Paralelo (2022).

Quando acessamos o site desse Ministério (MJSP), identificamos a ausência de informações mais detalhadas sobre a sua atuação e seus atores (FIGURA 3).

Figura 3 - Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública



Fonte: Site MJSP (2022).

Apesar do site do Ministério, ser responsivo e ter acessibilidade, não apresenta de forma clara e com facilidade as informações para quem deseja buscar informações específicas ou como comentamos, não possui uma página que detalhe como atuam na esfera federal e quem são seus atores em nível estadual e municipal. Percebemos que há várias páginas sobre vários assuntos, o que acaba acarreta dificuldades quando se busca informações.

A segurança pública, em nível estadual, continua sendo um direito e responsabilidade do Estado e dos cidadãos. No Rio Grande do Sul (RS) a Secretaria da Segurança Pública (SSP), tem como missão:

preservar a ordem pública, garantindo os direitos fundamentais do poder público, contribuindo para o desenvolvimento social e melhoria da pessoa, por meio de políticas de controle da criminalidade e da violência, integradas com a comunidade e demais instâncias da qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul. (SSP – RS, 2022)

É nessa mesma secretaria que os órgãos como polícia civil; brigada militar; corpo de bombeiros, instituto geral de perícias e o departamento estadual de trânsito estão vinculados, exceto a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), que até o início ano de 2021 era mais um órgão vinculado a SSP. A partir de agosto de 2021, a Susepe passou estar vinculada à nova Secretaria de Justiça e Sistemas

Penal e Socioeducativo do RS (SJSPS), criada pela Lei de n.º 15.680, de 13 de agosto de 2021, e tem como objetivo a:

atribuição de planejar, propor e coordenar a política penitenciária do Rio Grande do Sul, possibilitando ações efetivas para reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Além disso, promove e executa políticas públicas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. (SJSPS - RS, 2022)

Além da Susepe, a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS) conta a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e com os serviços do Procon RS e do Programa de Oportunidades e Direitos (POD). Atualmente a gestão da SJSPS é realizada pelo Secretário e com mais dez departamentos e uma assessoria de comunicação social que fazem parte do organograma da secretaria.

3.1 SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS - SUSEPE

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), é um órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi criada pela Lei n.º 5.745, de 28 de dezembro de 1968, em substituição aos extintos departamentos dos institutos penais, ou seja, da desvinculação da parte administrativa das prisões da polícia civil. Tal acontecimento se deu após o movimento nacional de criminalistas, penitenciaristas e defensores dos direitos humanos, no que diz respeito à execução das penas privativas de liberdade, tendo em vista a ressocialização das pessoas privadas de liberdade⁵.

Hoje a Susepe é subordinada à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), a qual é encarregada pelo cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança.

De acordo com a Constituição do Rio Grande do Sul, a política penitenciária do Estado deve ter como objetivo a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridades a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais, a escolarização e a profissionalização dos presos. (SUSEPE, 2022)

O sistema penitenciário diz respeito ao local, no qual pessoas são privadas de liberdade, ficam reclusas em estabelecimentos prisionais para cumprir a pena, visando a reeducação para serem realocadas na sociedade.

O sistema prisional brasileiro tem como objetivo a ressocialização e a punição da criminalidade. Assim sendo, o Estado assume a responsabilidade de combater os crimes, isolando o criminoso da sociedade, através da prisão, o mesmo é privado da sua liberdade, deixando de ser um risco para a sociedade. (MACHADO; GUIMARÃES. 2014, p.568)

Também se faz necessário entender que todo o sistema penitenciário é regido pela Lei de Execução Penal (LEP), criada em 1984, e que segundo o art. 1º a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (BRASIL,1984)

Mas além da LEP há também a questão da cidadania e dos direitos humanos para as PPL, que estão previstas na própria Lei de Execução Penal, na seção II que diz respeito dos direitos.

De acordo com a lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 40:

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - Previdência Social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (BRASIL, 1984)

A Susepe apresenta em seu site (FIGURA 4), sua missão, valores e visão. Cabe destacarmos aqui que a SJSPS, não possui essas características em seu site, nos impossibilitando de comparar essas características.

Figura 4 – Site da Susepe

Página Inicial > Apresentação

← Voltar RSS Compartilhar Imprimir A A

Publicação 08.09.2011 às 09:00 Atualização 08.12.2021 às 11:38

Apresentação

A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), subordinada à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPPS), é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança.

De acordo com a Constituição do Rio Grande do Sul, a política penitenciária do Estado deve ter como objetivo a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridades a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais, a escolarização e a profissionalização dos presos.

A rede prisional administrada pela Susepe compreende unidades classificadas por fundação, albergues, penitenciárias, presídios, colônia penal e instituto penal. Organizadas por região, as casas prisionais estão distribuídas pela capital e pelo interior do Estado, acolhendo presos dos regimes aberto, semiaberto e fechado.

Dessa maneira, é atribuição de todo servidor e gestor que passar pela Superintendência gerir com comprometimento a instituição que tem a incumbência de atender às necessidades dos que cumprem pena e também dos que colaboram para a reforma do sistema penitenciário brasileiro, tendo em vista o êxito de um interesse comum: a reinserção social do apenado.

Missão

Promover a inclusão social das pessoas privadas de liberdade

Valores

*Conduta ética e moral
Honestidade e probidade
Respeito aos direitos fundamentais
Disciplina e hierarquia
Comprometimento e espírito de equipe
Transparência e credibilidade*

Visão

Ser referência em socialização no sistema penitenciário nacional

Fonte: Susepe (2021).

Atualmente a Susepe conta com dez Delegacias Penitenciárias Regionais (DPR), que coordenam os estabelecimentos prisionais da sua região, um Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp) e um Departamento de Segurança e Execução Penal e Divisões, que fazem parte dos presídios e delegacias penitenciárias. Já na parte de administrativa há outros seis departamentos e o

gabinete do superintendente, conforme o organograma (FIGURA 5) disponível no site da Instituição:

Figura 5 - Organograma



Fonte: Susepe (2022).

Chamamos a atenção para o título do organograma da Instituição que faz menção à antiga secretaria a qual era vinculada (Secretaria de Segurança Pública). Essa constatação nos permite afirmar que o site não é atualizado com frequência e não somente nessa página como em outras que também contém informações antigas e de governos passados. Além disso, percebemos ao navegar pelo site, que a assessoria de comunicação aparece apenas no organograma e na página “Nossa História” com as informações de contato para caso alguém tenha algum trabalho acadêmico que necessite de dados/informações sobre a história da Susepe e em assinaturas das notícias publicadas para a sociedade.

Já no quesito acessibilidade, observamos que o site não é responsivo, principalmente na página de “Comunicação – Notícias”. De modo geral o site possui um caráter informativo, conforme destaca Assumpção e Villegas (2012, p.8)

Para que o site se torne informativo, ele deve atender seu público apresentado seus eventos, sejam estes internos ou externos, assim como divulgar o que se passa em suas redes sociais, tudo de modo transparente, em cujo design deve apresentar ambiente leve e com todas as informações necessário para seus usuários.

Nesse sentido, acreditamos como oportuno, além da atualização do seu site, uma revisão sobre a acessibilidade e atratividade em relação ao que está sendo disponibilizado, pois se trata de um importante espaço de interlocução, de comunicação pública.

No próximo capítulo, aprofundaremos a nossa discussão sobre o setor e/ou departamento que planeja e coordena a comunicação da Instituição, que se chama assessoria de comunicação.

4 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SUSEPE

Neste capítulo detalhamos as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe, bem como a sua atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe nas pautas de tratamento penal e segurança pública.

Conforme comentamos anteriormente, no site oficial da Susepe não há uma página destinada à assessoria de comunicação, embora tenha uma seção destinada a comunicação que engloba as notícias, revistas antigas, galeria de fotos antigas de algumas unidades prisionais e serviço de informação ao cidadão. Mesmo não tendo um espaço específico no site, os contatos da ASCOM⁶ estão presente em outras páginas do site, assim como nas notícias que são assinadas, ou pela jornalista que atua, ou pela própria assessoria, conforme mostra abaixo (FIGURA 6):

Figura 6 – Identificação da ASCOM da Susepe

Sistema prisional gaúcho ganha reforço de viaturas administrativas



O Governo do Estado entregou 66 viaturas administrativas locadas para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) na última segunda-feira (26/9). Os veículos serão destinados para a sede administrativa central, em Porto Alegre, e para as dez regiões penitenciárias do RS. Até o final do ano, será entregue o restante da frota, chegando a um total de 122 viaturas.

Susepe recebeu 66 viaturas administrativas locadas na última segunda-feira (26)
Foto de Wagner Meirelles / Ascom SJSPS

O custo mensal por veículo locado é de R\$ 2.434,16. Os veículos são do tipo minivan com sistema de rastreamento integrado e irão suprir parte da carência de viaturas administrativas da Susepe. "No caso das viaturas administrativas, a locação é uma estratégia para economia, já que diminuem os gastos de manutenção e também gera mais agilidade, pois tem substituição imediata", afirmou, durante o ato de entrega das viaturas, Mauro Hauschild, titular da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo.

O superintendente da Susepe, José Giovanni Rodrigues de Souza, também ressaltou o ganho que a renovação da frota proporciona para a área administrativa. "Organizamos a distribuição das viaturas de acordo com a necessidade em todas as regiões penitenciárias. Será muito importante esses veículos estarem disponíveis para a direção das unidades prisionais, a equipe técnica e o serviço administrativo", frisou o superintendente.

O evento contou com a presença do prefeito de Canoas, Nedy Vargas, do representante da OAB Roque Reckziegel, do presidente do Conselho Penitenciário, Nilton Caldas, do gerente regional da CS Frotas, Leonardo Mendonça, da secretária adjunta da SJSPS, Carolina Ramires, da superintendente adjunta, Michele Cunda, além de diretores de departamentos, delegados penitenciários, diretores de unidades prisionais e servidores da SJSPS e da Susepe.

Gisele Reginato Ascom Susepe/SJSPS

Fonte: Susepe (2022).

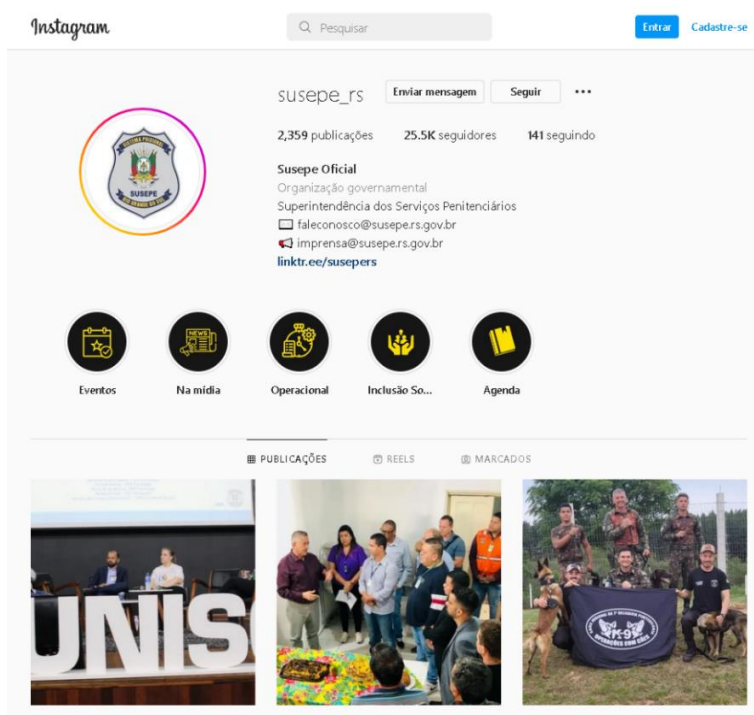
É relevante destacar que além do site público, há também o site destinado aos servidores da instituição, denominado como intranet, além do site e da intranet em

⁶ Sigla para Assessoria de Comunicação.

que está presente, há também contas no *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Com as restrições impostas pela legislação do período eleitoral, esses perfis foram temporariamente desativados no início da escrita desta monografia. Porém, vimos que após os resultados do segundo, essas mídias foram reativadas, pois o ex-governador foi reeleito. A liberação do acesso às redes sociais somente após o dia 31 de outubro, nos impossibilitou de realizar uma análise mais aprofundada, como era pretendido. Optamos, contudo, por apresentar esses perfis e algumas características que acreditamos serem pertinentes.

Começamos com o perfil no *Instagram* (FIGURA 7), que possui 25,5 mil seguidores, um número significativo para um órgão do governo que trata sobre as pessoas que cometeram delitos. Em relação ao conteúdo das postagens, constatamos que são publicadas em média 3 notícias por dia, divulgando alguma ação da Instituição para com os seus servidores e/ou de interesse público, como as atividades realizadas nas unidades prisionais e ainda replicando campanhas do Governo do Estado. Mas além do *feed*, os *stories* também é bastante usado, com chamadas para clicar no link do site para ler alguma pauta que foi publicada. Assim como no site, é disponibilizado os contatos, dessa vez temos o “Fale Conosco” e a “Imprensa”.

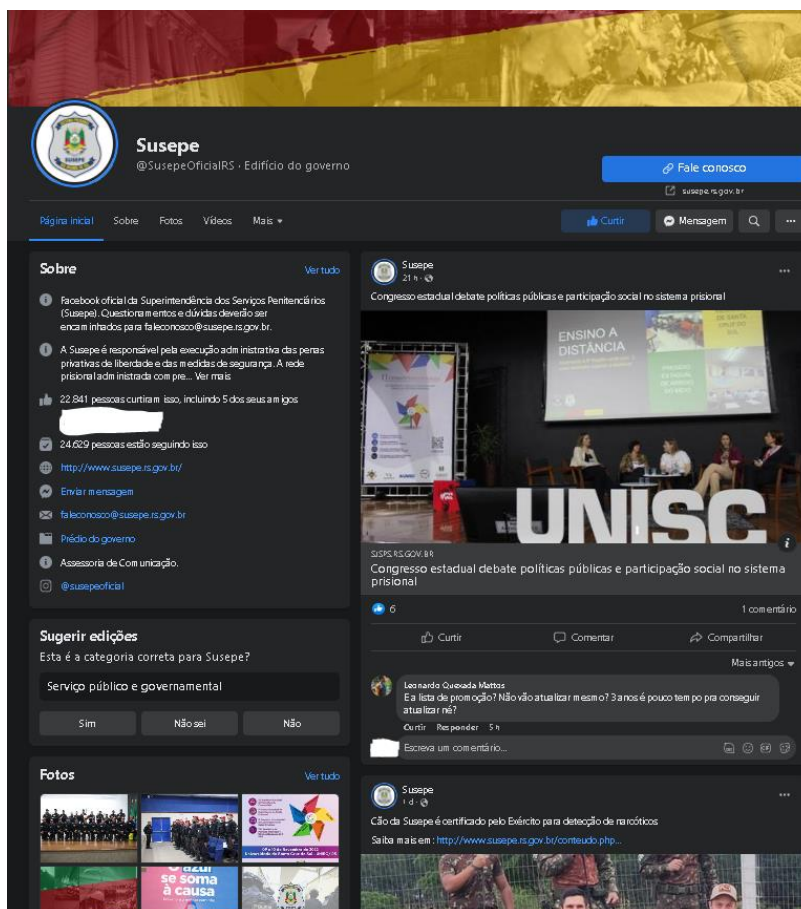
Figura 7 – Perfil da Susepe no *Instagram*



Fonte: Susepe (2022).

Já o perfil no *Facebook* (FIGURA 8), observamos que na maioria das vezes o conteúdo é o mesmo postado no *Instagram*, o que difere é que no *Facebook* é publicado o *link* do site da Susepe que está aquele conteúdo e outras vezes é duplicado diretamente da outra mídia. De modo geral, percebemos que o *Facebook* não é o canal que mais tem interações, como o *Instagram*.

Figura 8 – Perfil da Susepe no *Facebook*



Fonte: Susepe (2022).

O *Twitter* (FIGURA 9), que assim como o *Facebook*, recebe as mesmas publicações via site, porém não há informações de como entrar em contato com a assessoria da Instituição. Um ponto a destacar é o baixo número de seguidores, que, talvez, possa ser explicado pelo fato de o perfil ter sido desativado e somente reativado após o resultado do 2º turno das eleições obrigatórias.

Figura 9 – Perfil da Susepe no *Twitter*



Fonte: Susepe (2022).

A partir dessa breve descrição de cada mídia na qual a Susepe está presente, percebemos que há um planejamento nas publicações, mas que a principal mídia é o *Instagram*, onde mais tem seguidores e interações de modo geral.

Posto isso, a fim de compreender melhor a atuação de assessoria de comunicação da Susepe, após identificarmos os conteúdos publicados no site e nas mídias, optamos por definir as três principais frentes (FIGURA 10) de atuação dessa assessoria, os quais são:

- 1) replicando programas que são de interesse do Estado sendo acionados pela secretaria que a Susepe está vinculada,
- 2) produzindo conteúdo para divulgação no site, nas redes e na mídia,
- 3) produzindo conteúdo para as Delegacias Penitenciárias Regionais.

Figura 10 – Identificação das três frentes de atuação da ASCOM



Fonte: A autora (2022), com base em Susepe (2022).

A primeira frente diz respeito aos conteúdos e programas replicados de interesse do Estado que envolvem a secretaria e a vinculada (Susepe). Como exemplo, mencionamos o Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo, plano de investimentos em novas tecnologias e segurança, gestão e tratamento penal, qualificação da assistência aos apenados nas áreas de saúde, educação e trabalho, modernização do monitoramento eletrônico, além da ampliação e construção de unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo do Governo do Estado. Um programa que o ex-governador Eduardo Leite⁷ criou em seu exercício. Na figura 11 temos a publicação no site oficial do governo e na figura 12 o *respost* no site da Susepe.

⁷ Foi reeleito a Governador do Estado Do Rio Grande Do Sul (2022).

Figura 11 – Frente um

VOCÊ ESTÁ AQUI: Inicial > Imprensa > Últimas Notícias
> Governo do Estado lança Avançar

Voltar Imprimir

EXECUTIVO

Governo do Estado lança Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo, nesta sexta, dia 19, às 10h

Publicação: 19/11/2021 às 17h00min



O governo do Estado lança, nesta sexta-feira (19/11), às 10h, o Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo. Será no Salão Negrinho do Pastoreio, no Palácio Piratini, e contará com a participação do governador Eduardo Leite e do secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Mauro Hauschild.

O investimento anunciado vai ser aplicado em novas tecnologias, serviços de inteligência, qualificação da assistência aos apenados nas áreas de saúde, educação e trabalho, modernização do monitoramento eletrônico, além da ampliação e construção de unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo.

O evento será transmitido pelos canais oficiais do governo do Estado. Após o anúncio, o governador e o secretário Mauro Hauschild atenderão à imprensa, presencialmente.

Aviso de pauta
O quê: lançamento do Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo
Quando: sexta-feira (19/11), às 10h
Local: Salão Negrinho do Pastoreio, no Palácio Piratini
Plataformas: canais oficiais do governo do Estado no Youtube (<https://youtu.be/ZAUw7mQXGXA>) e Facebook (www.facebook.com.br/GovernodoRS)

Texto e edição: Secom

Fonte: Site Governo do Estado RS (2021).

A matéria de aviso de pauta, visando o interesse da imprensa no grande evento que é o Programa Avançar, foi publicado pela Secretária de Comunicação do Governo do Estado do RS (FIGURA 11). Já na figura 12 essa matéria foi replicada no site da Susepe.

Figura 12 – Frente um

Página Inicial > Notícias

← Voltar RSS Compartilhar Imprimir A A

Publicação 18.11.2021 às 17:43 Atualização 18.11.2021 às 18:48

Governo do Estado lança Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo, nesta sexta, dia 19, às 10h

O governo do Estado lança, nesta sexta-feira (19/11), às 10h, o Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo. Será no Salão Negrinho do Pastoreiro, no Palácio Piratini, e contará com a participação do governador Eduardo Leite e do secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Mauro Hauschild.

O investimento anunciado vai ser aplicado em novas tecnologias, serviços de inteligência, qualificação da assistência aos apenados nas áreas de saúde, educação e trabalho, modernização do monitoramento eletrônico, além da ampliação e construção de unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo.

O evento será transmitido pelos canais oficiais do governo do Estado. Após o anúncio, o governador e o secretário Mauro Hauschild atenderão à imprensa, presencialmente.

Aviso de pauta
 O quê: lançamento do Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo
 Quando: sexta-feira (19/11), às 10h
 Local: Salão Negrinho do Pastoreiro, no Palácio Piratini
 Plataformas: canais oficiais do governo do Estado no Youtube (<https://youtu.be/ZAUw7mQXGXA>) e Facebook (www.facebook.com.br/GovernodoRS)

Fonte: Susepe (2021).

A segunda frente diz respeito às produções de conteúdo para a própria instituição, com o objetivo de divulgação nas mídias digitais e na imprensa. Como exemplo, destacamos as pautas mais gerais, que apresentam atividades que ocorrem em grande parte dos estabelecimentos prisionais e que são de interesse público (FIGURA 13).


Figura 13 – Frente dois

Página Inicial > Notícias

← Voltar RSS Compartilhar Imprimir A A

Publicação 28/10/2022 às 15:14 Atualização 28/10/2022 às 16:20

Mais de 3.000 pessoas privadas de liberdade realizam provas do Enceja no RS



Na última semana, 3.200 pessoas privadas de liberdade do Rio Grande do Sul fizeram as provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja), que possibilita a conclusão dos ensinos fundamental e médio. A edição de 2022 foi realizada nos dias 18 e 19 de outubro para a população do sistema prisional.

O responsável pedagógico de cada unidade é encarregado de divulgar os gabaritos aos detentos. Os participantes que conseguem a nota mínima exigida nas quatro provas objetivas e na redação têm direito à Certificação de Conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Já os participantes que conseguirem a nota mínima exigida em uma das quatro provas ou em mais de uma, não têm direito à Declaração Parcial de Proficiência.

O superintendente da Susepe, José Giovanni Rodrigues de Souza, enfatizou que a participação dos apenados em exames nacionais de educação representa um ganho significativo para a inclusão social, pois trabalhado diariamente nas unidades prisionais do RS. "A promoção da educação no ambiente prisional, uma das nossas prioridades, é também uma forma de devolvermos o direito e a oportunidade de os apenados recuperarem a sua dignidade."

Em comparação com os últimos quatro anos em que foram aplicadas as provas, esta foi a edição com o maior número de inscritos e com a atuação mais abrangente das unidades prisionais. Ao todo, 5.253 pessoas se inscreveram para fazer o exame. Na edição de 2020, foram 4.307 apenados de 84 estabelecimentos. Em 2019, 4.239 pessoas de 75 unidades prisionais realizaram a inscrição.

Segundo o Departamento de Tratamento Penal da Susepe, as principais razões da diminuição do número de apenados inscritos e dos que realizaram as provas são que, no período de quatro meses entre a inscrição e a prova, muitos deles progredem do regime fechado para o semiaberto ou são transferidos para outras unidades prisionais. O sistema não permite que se faça alteração de unidade depois de realizada a inscrição.

No caso do Enceja voltado à população prisional, o nível de dificuldade é o mesmo do regular. A única diferença está na aplicação, que ocorre dentro de unidades prisionais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aplica o exame em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Educação para ressocializar

Em julho de 2021, o governo do Estado, por meio das secretarias de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJS/SPS) e da Educação (Seduc), da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e do Conselho Penitenciário, assinou o Plano Estadual de Educação às Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional, que abrange o quadriênio 2021-2024.

O objetivo do plano é melhorar a oferta educacional nos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul e qualificar a política de educação para apenados e egressos. Além disso, pretende ampliar os índices de pessoas presas participando de exames nacionais, realizar levantamento periódico de dados sobre as ações de educação para pessoas presas e egressas, buscar estratégias para garantir a capacitação de profissionais ligados à educação no sistema prisional e aumentar a oferta de educação à distância para o sistema prisional.

Imprensa Susepe

Fonte: Susepe (2022).

E a terceira frente é produção de conteúdos para as DPRs, ou seja, matérias sobre as atividades que as pessoas privadas de liberdade de uma determinada região e/ ou estabelecimento prisional realizaram durante um determinado dia, semana ou então algum evento (FIGURA 14).


Figura 14 – Frente três

Página Inicial > Notícias

← Voltar RSS Compartilhar Imprimir A A

Publicação 01/11/2022 às 15:55 Atualização 01/11/2022 às 16:57

Instituto Penal de São Leopoldo reúne-se com Assistência Social do município para alinhar contratação de mão de obra prisional



Na última quinta-feira (27), a diretora do Instituto Penal de São Leopoldo (IPSL), Fernanda Camargo, reuniu-se com o secretário municipal de Assistência Social, Fábio Bernardo da Silva, para alinhar ações de contratação de mão de obra prisional para prestação de serviços públicos na cidade. A previsão é de que cerca de 75 apenados sejam contratados.

Objetivo é que apenados trabalhem no recolhimento de lixo e resíduos, na varrição, na limpeza de sanitários públicos, dentro outras atividades

Foto de Divulgação Susepe

O acordo faz parte de um termo de cooperação firmado entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e o município. O objetivo é a utilização de mão de obra prisional nas atividades de recolhimento de lixo e resíduos, varrição, capina e roçada nos logradouros públicos, limpeza de sanitários públicos, cemitérios, praças e canil municipal, dentre outras atividades.

“Durante a reunião, a diretora apresentou a metodologia de trabalho desenvolvida pela equipe do IPSL para a triagem, a capacitação, o direcionamento e o encaminhamento dos apenados para os cargos ofertados pelo município. O processo dura, em média, uma semana.

Depois, são realizadas dinâmicas em grupo e individuais, com conversas sobre a importância do trabalho na busca da dignidade e a necessidade de comprometimento do apenado com a oportunidade que lhes está sendo ofertada. Essas atividades são realizadas semanalmente pelos grupos, antes e após o início do trabalho.

De acordo com Fernanda, esta é forma de mantê-los motivados e comprometidos com o que foi combinado antes de assumirem os serviços. “Além disso, demonstramos que, enquanto instituição, estamos comprometidos, interessados e preocupados com o futuro deles”, afirmou.

A diretora do IPSL ainda aproveitou o momento para destacar que uma das formas de proporcionar um retorno saudável e digno do apenado à sociedade é por meio do trabalho. “É uma forma de o apenado aproveitar o período de cumprimento de pena para se qualificar profissionalmente, a fim de conseguir encontrar mais facilmente um emprego após a saída do sistema prisional, provendo o seu sustento e de sua família e evitando a reincidência”, completou.

Também participaram da reunião o diretor administrativo da Secretaria de Segurança Pública de São Leopoldo (Semusp), Diego José Camboim de Souza, a agente administrativa da Diretoria Administrativa da Secretaria de Assistência Social (SAS) do município, Fernanda Valério Ferraz, e a chefe do Departamento de Convênios da Semusp, Juliana Severo Faistauer.

Fonte: Susepe (2022).

Pelo exposto, fica claro que a assessoria possui pautas específicas no ambiente digital no seu dia a dia, e nas frentes dois e três encontramos os objetivos da Susepe, os quais são: tratamento penal e segurança pública. Para nos auxiliar em nossas reflexões sobre o tema realizamos três pesquisas em profundidade, com a coordenadora de comunicação da Susepe, Sue Gotardo, com a jornalista, Gisele Reginato e com a Prof^a Dra. Rosângela Florczak, apresentadas no capítulo que segue.

5 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO NO DIA A DIA: APROXIMAÇÕES COM A TEORIA

Este capítulo visa responder os nossos problemas de pesquisa, bem como atingir os objetivos que são: destacar as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe e evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe nas pautas de tratamento penal e segurança pública. Através das entrevistas em profundidades realizadas com a Sue Gotardo, Gisele Reginato e Rosângela Florczak, visando a articulação com o aporte teórico visto no decorrer do trabalho.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Reiteramos que o presente estudo configura-se como pesquisa exploratória, pois “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores” (GIL, 2019, p. 26).

Por se tratar de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, possui como técnicas as pesquisas bibliográfica e documental, sendo que

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. (GIL, 2018, p. 28)

Por se tratar de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativa, se faz necessário utilizar a técnica de pesquisa qualitativa, que é compreendida como o entendimento de um grupo social, de um indivíduo e/ou de uma organização. Segundo Minayo (2002, p.21-22) destaca:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Entre as técnicas existentes na pesquisa qualitativa, utilizamos a entrevista em profundidade, em sua modalidade semi-aberta, sendo um “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa” (DUARTE, 2008, p.66). A entrevista em profundidade, de acordo com Gil (2019, p.125) “[...] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”

As entrevistas, conforme mencionado, foram realizadas com a coordenadora de comunicação, com uma das jornalistas da Susepe e com professora de assessoria de comunicação da Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos, que visando responder os nossos problemas de pesquisa, bem como atingir nossos objetivos.

O objetivo inicial do nosso estudo era analisar a atuação da assessoria de comunicação da Susepe no Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo no ambiente digital, porém devido ao período eleitoral não foi possível ter acesso aos perfis da instituição, por estarem desativados. Optamos, então, por investigar sobre a atuação da assessoria nas pautas de tratamento penal e segurança. Para qualificarmos as nossas observações sobre o tema decidimos pela realização de entrevistas em profundidade.

Os critérios de escolha dos entrevistados foram pela proximidade da autora com a coordenadora da assessoria, a Sue Gotardo, bacharel em Relações Públicas e com a jornalista Gisele Reginato, que fazem parte da ASCOM da Susepe. Com elas, abordamos os seguintes tópicos:

1. A saída da Susepe da Secretaria de Segurança Pública e a ida para a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo e o motivo;
2. Susepe tem uma ASCOM ou AI?
3. Atuação da assessoria;
4. Atuação da assessoria no Programa Avançar Sistemas Penal e Socioeducativo,
5. Tópico livre para comentários a acrescentar.

A terceira entrevistada foi a Prof.^a Dr.^a. Rosângela Florczak, também jornalista e especialista na área de assessoria e professora desta Universidade, tendo como pautas os tópicos que seguem:

1. Diferenças entre assessoria de comunicação e de imprensa de uma organização pública ou privada;
2. Qual o entendimento sobre o esse setor nas organizações;
3. Se a assessoria de comunicação está ligada ao interesse público;
4. Quais as habilidades e competências de um profissional para atuar em assessorias,
5. Tópico livre para comentários a acrescentar.

As entrevistas foram realizadas – entre 14 e 20 de outubro 2022 - presencialmente, gravadas via *Smartphone* e individualmente, exceto na assessoria de comunicação, onde tivemos duas pessoas entrevistadas simultaneamente. O roteiro com as perguntas encontra-se nos Apêndices A e B.

O propósito das entrevistas foi o de evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Susepe nas pautas de tratamento penal e segurança pública e aproximar as concepções teóricas, com a abordagem da professora Rosângela para o tema de assessoria nas organizações públicas. As entrevistadas foram convidadas por e-mail para participar desse estudo e assinaram o termo de cessão de direito (ANEXO A).

5.2 SÍNTESE E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Iniciamos esta seção com a sistematização das respostas das servidoras da ASCOM da Susepe e posteriormente da professora Rosângela. Para uma melhor visualização e análise, optamos pela organização das sínteses em quadros.

Apresentamos as duas primeiras entrevistas em dois quadros, sendo o Quadro 1, com as três principais perguntas norteadoras deste trabalho e posteriormente as últimas duas questões. As respostas estão em itálico.

Quadro 1 – Síntese das entrevistas - ASCOM [parte 1]

**Por que a Susepe não está mais vinculada à Secretaria de Segurança Pública e sim, à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS)?
Como foi o processo de migração da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS)?**

Gisele Reginato	<p>A Susepe era vinculada à SSP e em 2019 quando iniciou o governo do Eduardo Leite criou-se uma secretaria específica para o sistema prisional que foi a Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN), porque era uma das metas dele, criar uma pasta específica para o sistema prisional, visando ter um investimento apenas para esse setor. Por uma estratégia de governo em 2021 acabaram com a SEAPEN e reorganizaram as pastas, colocando a Susepe e a Fase (Fundação de Atendimento Socioeducativo) junto na nova secretaria da SJSPS.</p>
Sue Gotardo	<p>É importante frisar que essas transformações que existem na política são estratégias políticas e cabe o gestor identificar se é bom ou não. Em 2019, para o contexto do Eduardo Leite, fazia sentido ter uma pasta apenas para o sistema prisional. Quando tu crias uma pasta específica você fortalece políticas para aquilo, quando teve essa outra transformação para a Justiça, se entendeu pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que o tratamento penal que é um dos eixos da Susepe. O objetivo da Susepe não é o encarceramento em si, mas o que precisamos fazer com esse preso quando está lá dentro é inserção social, então trabalhar esse foco nos parâmetros do CNJ e por isso está na secretaria de justiça. E por isso é melhor ter uma pasta única, ao invés de dividir o orçamento com as outras pastas como brigada militar etc.</p>
<p>A Susepe possui uma Assessoria de Comunicação e/ou Assessoria de Imprensa separada da SJSPS? Por que dessa denominação?</p>	
Sue Gotardo	<p>Cada órgão por necessidade tem uma assessoria de imprensa voltada focada somente para este órgão. A Susepe e assim como a Fase e outras vinculadas de todo o governo, possuem uma assessoria de comunicação para pensar as políticas de comunicação para aquela pasta, vinculada. Atualmente a Susepe tem uma assessoria, assim como a SJSPS.</p>
Gisele Reginato	<p>Somos dois jornalistas, uma publicitária, um revisor de texto e um estagiário. Temos pautas específicas, mas todo o alinhamento e diretrizes de comunicação são alinhadas com a SJSPS que está alinhada ao Governo.</p>
<p>Como atua a assessoria da Susepe?</p>	

Gisele Reginato	<p><i>A gente tem no dia a dia da Susepe duas grandes áreas que a gente atua que é segurança pública e tratamento penal.</i></p> <p><i>Na pauta de segurança a gente cobre operações, apreensões de drogas e de materiais ilícitos com visitante, fuga de preso. Toda essa área operacional e de segurança, que é onde tem a maioria das demandas da imprensa, que é uma pauta mais negativa, que a gente é muito demandado pela imprensa para sempre responder rápido, quando acontecer esses casos ou enviamos essas pautas.</i></p> <p><i>E a área de tratamento penal, que é dividida principalmente nas pautas de trabalho, saúde e educação. Que são bastante pautas positivas, conseguimos falar sobre como os apenados estão trabalhando dentro das unidades ou nas ligas laborais internas de limpeza ou em empresas que tem pavilhões dentro dos presídios, de educação, como que eles fazem os núcleos de educação de jovens e adultos e as pautas de saúde vacinação.</i></p> <p><i>A gente tem tentado promover mais pautas de tratamento penal, que são pautas bem positivas, divulgando para a imprensa, aumentando a imagem positiva da Susepe para a sociedade através dos meios de comunicação.</i></p> <p><i>Nosso dia a dia é sempre entorno dessas grandes áreas, estamos sempre trabalhando proativamente publicando nos nossos canais: intranet, site, redes sociais quando não está em período eleitoral, grupo de WhatsApp com a imprensa, mandando para secretaria de comunicação publicar, e reativamente quando a imprensa nos procura, para a gente responder alguma demanda específica entrevista ou nota. É importante dizer que é entorno de 150 unidades prisionais, divididas em dez regiões penitenciária, entorno de 42mil presos e 6mil servidores da Susepe, dá para ver que a gente tem bastante trabalho tanto de comunicação interna quanto atender pautas de todo o estado dessas 150 unidades. Então é bastante demanda dessas duas áreas.</i></p>
Sue Gotardo	<p><i>Tudo é uma questão de estratégia, assim como é uma questão de estratégia onde que uma secretaria vai ficar, é uma estratégia o que a gente vai noticiar mais, mostrar para sociedade. É uma obrigação nossa mostrar as apreensões e fuga, questão da transparência da informação.</i></p> <p><i>Na gestão passada não era dado o foco para o tratamento penal, hoje fazemos vídeos para a imprensa sobre o trabalho prisional. Tentando reformar o imaginário das pessoas sobre o sistema prisional. E humanizar um pouco mais o sistema prisional através das estratégias de comunicação.</i></p>
Gisele Reginato	<p><i>Não adianta a identidade da instituição ser isso se a gente não transformar numa imagem que as pessoas associem a instituição, se o jornalismo, a comunicação pública, contribuem para construir uma realidade pra mudar a visão das pessoas, a gente tenta adotar um enquadramento que tente humanizar mais ao invés de colocar as facas que foram apreendidas a gente coloca o preso trabalhando.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas entrevistas em profundidade (2022).

Iniciamos a entrevista questionando sobre a migração da Susepe para a SJSPS e segundo a jornalista Gisele Reginato, tal migração fazia parte do plano de governo do Eduardo Leite, que começou em 2019 saindo da SSP, passando a integrar a Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN) e posteriormente em 2021 para a nova Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, na qual está vinculada até hoje. De acordo com Sue Gotardo “[...] essas transformações que

existem na política são estratégias políticas e cabe o gestor identificar se é bom ou não”.

Quando questionada sobre a assessoria de comunicação na Instituição, afirmou que hoje que todos os órgãos do governo precisam desse setor “*para pensar as políticas de comunicação para aquela pasta*” e a assessoria de comunicação da Susepe conta com as três áreas da comunicação, o jornalismo, a publicidade e propaganda, a relações-públicas, que reflete em parte conceito de comunicação integrada, ou seja, “[...] uma filosofia que direciona a convergência das diversas áreas, permitindo uma atuação sinérgica” (KUNSCH, 2003, p.150). Além dos profissionais de comunicação, há também um revisor de texto.

No dia a dia, Gisele Reginato explica que hoje a Susepe tem dois eixos de atuação, sendo: a segurança pública e o tratamento penal. Na segurança pública, estão concentradas as atividades de operações e apreensões dentro das unidades prisionais, destacando que

Toda essa área operacional e de segurança, que é onde tem a maioria das demandas da imprensa que é uma pauta mais negativa, que a gente é muito demandado pela imprensa para sempre responder rápido, quando acontecer esses casos ou enviamos essas pautas. (REGINATO, 2022)

Já a pauta de tratamento penal diz respeito ao trabalho, à saúde e educação dos apenados e é através dessas pautas positivas que segundo a jornalista, que a assessoria de comunicação acaba promovendo e divulgando para a imprensa e consequentemente “*umentando a imagem positiva da Susepe para a sociedade através dos meios de comunicação*”. Outro aspecto importante é a forma que a ASCOM trabalha, ora sendo proativa, ora reativa.

[...] estamos sempre trabalhando proativamente publicando nos nossos canais: intranet, site, redes sociais quando não está em período eleitoral, grupo de WhatsApp com a imprensa, mandando para secretaria de comunicação publicar, e reativamente quando a imprensa nos procura, para a gente responder alguma demanda específica entrevista ou nota. (REGINATO, 2022)

Na perspectiva de Sue Gotardo, “*tudo é uma questão de estratégia, assim como é uma questão de estratégia onde que uma secretaria vai ficar, é uma estratégia o que a gente vai noticiar mais, mostrar para sociedade*”, ou seja, essas estratégias são criadas dentro das assessorias de comunicação, dessa forma a visão de Kopplin e Ferraretto (2009), que mencionamos anteriormente se faz presente dentro da

assessoria da Susepe, a partir do momento em que as entrevistadas afirmam que há uma assessoria e que possui as três principais áreas da comunicação trabalhando juntas. Lembramos que de acordo com Oliveira e Paula, a concepção de estratégia, “refere-se à escolha de alternativas para orientar ações ou decisões de forma intencional e articulada. Uma estratégia direciona e integra processos e ações em determinada realidade, para situações de médio e longo prazos”. (OLIVEIRA; PAULA, 2012, p.68)

De forma a complementar a discussão sobre o dia a dia da assessoria, nos foi disponibilizado um pequeno resumo (FIGURA 15), de como se desenvolvem as atividades no setor.

Figura 15 – Dia a dia da assessoria de comunicação da Susepe



Fonte: Assessoria de Comunicação da Susepe (2022).

A partir dessa figura, conseguimos visualizar o processo quando a equipe da assessoria produz algum conteúdo para as pautas de segurança pública e tratamento penal. Dessa forma, nos encaminhamos a análise do Quadro 2, composto por duas perguntas, sendo a primeira o nosso objetivo inicial desse estudo e a segunda de tema livre.

Quadro 2 – Síntese das entrevistas - ASCOM [parte 2]

Como foi a visibilização do Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo e quais foram as estratégias de comunicação? Mídia tradicional e digital foram utilizadas?	
Sue Gotardo	<i>Não temos uma aproximação com as estratégias de comunicação porque todo o programa Avançar foi pensando dentro da secretaria de comunicação enquanto governo, política de governo. Foi um programa lançado em 2020 que respingava em todas as áreas do governo. Como a secretaria se envolve, a gente recebe aquele montante para usar utilizar em políticas públicas em determinados eixos. Em relação à comunicação, essa campanha vem de cima para baixo e a agente dissemina nas nossas redes. Mas as questões estratégicas partem da SECOM. O Avançar é uma política de governo.</i>
Gisele Reginato	<i>A gente divulga as matérias do Avançar do mesmo modo que a gente divulga todas as outras. Eles que pensou uma grande estratégia para todas as áreas que receberam o avançar.</i>
Alguma observação que julga importante acrescentar?	
Sue Gotardo	<i>É muito fácil comunicar quando as pautas são positivas. Quando as pessoas aceitam, por exemplos, o direito do consumir pela origem do tema ou cultura. Quando tem uma comunicação que por si só é complicada, porque a gente trabalha com o sistema prisional, ninguém gosta. E de que forma vamos trabalhar? Pois a origem é complicada.</i>
Gisele Reginato	<i>A gente consegue ter na composição da assessoria uma comunicação integrada, temos profissionais, jornalismo, relações-públicas, publicidade, cada um com a sua área consegue construir isso que é importante em termo de comunicação. E a importância da comunicação pública, desenvolver pautas de interesse público, fortalecimento da democracia, pensar na transparência das informações. A gente sempre busca no dia a dia uma informação plural, que seja interesse público, veracidade.</i>
Sue Gotardo	<i>Só a partir de uma equipe bem estruturada. Enquanto SJSPS a gente nunca teve secretaria tão plural e compostas. Hoje a gente uma estrutura de comunicação quase impecável em termos de materiais.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas entrevistas em profundidade (2022).

Conforme comentamos anteriormente, nosso objetivo inicial era evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Susepe no Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo no ambiente digital, mas devido ao período eleitoral não foi possível seguirmos com esse objetivo. Mas preferimos manter com o questionamento de forma a complementar o nosso estudo.

Nessa perspectiva, foi possível identificar mais uma vez a presença da comunicação política e agora governamental quando a coordenadora responde a nossa pergunta sobre a visibilização do Programa Avançar no sistema prisional e socioeducativo.

Não temos uma aproximação com as estratégias de comunicação porque todo o programa Avançar foi pensando dentro da secretaria de comunicação

enquanto governo, política de governo. Foi um programa lançado em 2020 que respingava em todas as áreas do governo. (GOTARDO, 2022)

É importante mencionarmos que há informações que não são produzidas pela secretaria a qual a Susepe está vinculada, principalmente quando envolvem campanhas institucionais, nessas situações, a assessoria apenas replica em suas redes, segundo a coordenadora de comunicação da Instituição. Ao encerrarmos a entrevista, a jornalista Gisele destacou:

A gente consegue ter na composição da assessoria uma comunicação integrada, temos profissionais jornalismo, relações públicas, publicidade, cada um com a sua área consegue construir isso que é importante em termo de comunicação. (REGINATO, 2022)

As duas entrevistas realizadas nos permitiram identificar as três frentes de atuação que mencionamos no capítulo anterior: a primeira frente é realizada em programas como o Avançar, quando as estratégias de comunicação não passam pela assessoria, pois ações assim são de nível hierárquico e neste exemplo em específico podemos identificar a comunicação pública, visto que se trata de interesse público, a governamental por ser um projeto do governo atual, assim como política, pois se trata de uma política de governo, conforme foi dito pela coordenadora de comunicação. E as demais frentes, de conteúdo para divulgação no site, nas redes e na mídia e, para as Delegacias Penitenciárias Regionais estão presentes nas pautas do dia a dia da assessoria, sendo sobre segurança pública e tratamento penal.

Nossa terceira entrevista (QUADRO 3) com a Prof.^a Dr.^a Rosângela Florczak, buscou aproximar a abordagem teórica com o conhecimento e vivência de uma profissional com expertise na área e no tema em estudo.

Quadro 3 – Síntese dos resultados com a especialista

Quais as principais diferenças entre uma assessoria de comunicação e assessoria de imprensa de uma organização privada e pública?	
Rosângela Florczak	<p><i>A assessoria de comunicação abrange o relacionamento com todos os públicos e a assessoria de imprensa se foca no público único que é a mídia. E a mídia inclui uma característica peculiar, não inclui só o jornalismo tradicional e sim o digital. No Rio Grande do Sul ainda temos uns desvios de conceitos.</i></p> <p><i>Essas duas estruturas no ambiente privado e público tem muitas convergências, acredito que tecnicamente se faça o trabalho de forma muito parecido. O maior marco da diferenciação é que na organização pública eu tenho uma obrigação intrínseca de prestar contas à sociedade.</i></p> <p><i>Na organização privada ela pode escolher os assuntos que ela vai falar, quando ela vai falar, se vai falar e se ela vai se colocar em diálogo com a sociedade.</i></p>

Como você entende esse setor nessas organizações?	
Rosângela Florczak	<i>Fundamentais. Desejaria que as organizações públicas tivessem a área tão organizada como as privadas.</i>
A assessoria de comunicação está ligada ao interesse público? Por quê?	
Rosângela Florczak	<i>Assessoria de comunicação tem dupla missão. O profissional da assessoria de comunicação tem que estar com um pé em cada dimensão, um pé no ambiente interno e outro na sociedade. Esse olhar para sociedade é fundamental, conheço muita organização que é o profissional de comunicação que traz o olhar das necessidades sociais. Eu dou aula de assessoria de comunicação e eu não ensino a fazer coisas, eu ensino a pensar a comunicação. Sim, por todas essas razões.</i>
Na sua opinião, quais as habilidades e competências que um profissional necessita ter para atuar em uma assessoria?	
Rosângela Florczak	<i>É um profissional que precisa ter um repertório generalista muito grande, compreender sociologia, antropologia, ele precisa compreender o ser humano e social. É um profissional que precisa ter uma competência de negociação incrível hoje, ele precisa se enxergar no lugar de protagonista, e tem que ter competência emocional e empoderamento profissional. Ser especialista naquele segmento e trabalhar em equipe que saiba cocriar.</i>
Alguma observação que julga importante acrescentar?	
Rosângela Florczak	<i>Precisamos criar denominações mais robustas para a nossa área. Hoje no Brasil já está tendo esse movimento, de empresas colocaram o nome do setor com a entrega. Pensar em como nos posicionamentos dentro da organização.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas entrevistas em profundidade (2022).

Começamos perguntando para Rosângela, as principais diferenças entre uma ASCOM e AI em organizações privadas e públicas. Segundo a entrevistada precisamos diferenciar uma da outra, sendo a “*assessoria de comunicação abrange o relacionamento com todos os públicos e a assessoria de imprensa se foca no público único que é a mídia*”. Essa concepção vai ao encontro com Kopplin e Ferraretto (2009) e Duarte (2018) respectivamente. Mas no que tange às organizações privadas e públicas, segundo a entrevistada, “*na organização pública eu tenho uma obrigação intrínseca de prestar contas à sociedade. Na organização privada ela pode escolher os assuntos que ela vai falar, quando ela vai falar, se vai falar e se ela vai se colocar em diálogo com a sociedade*”, no entanto, acreditamos que todas as organizações precisam de um setor que fale internamente com os seus empregados/funcionários,

bem como com a sociedade de modo geral, não somente com seus públicos de interesse. É nesse sentido, que a professora nos responde dizendo ser fundamental uma assessoria em organizações públicas, bem estruturada.

De modo a unir os conceitos de assessoria de comunicação e comunicação pública, que abordamos ao longo do trabalho, questionamos a entrevistada, para entender se essas ‘duas assessorias’ (grifo nosso) andam juntos e sobre a atuação do/da profissional da assessoria de comunicação na relação organização/sociedade. Para Florczak (2022):

Esse olhar para sociedade é fundamental, conheço muita organização que é o profissional de comunicação que traz o olhar das necessidades sociais. Eu dou aula de assessoria de comunicação e eu não ensino a fazer coisas, eu ensino a pensar a comunicação. (FLORCZAK, 2022)

Nessa perspectiva, quando questionamos a opinião da entrevistada em relação às habilidades e competências que um(a) profissional precisa para atuar em uma assessoria, ela nos diz que é necessário que tenha “*um repertório generalista muito grande, compreender sociologia, antropologia, ele precisa compreender o ser humano e social*”, além das próprias habilidades e técnicas da área em que atua.

Acreditamos que a aproximação entre o nosso referencial teórico e as entrevistas realizadas evidenciou a relevância de uma assessoria de comunicação que tenha clareza em suas atribuições, com profissionais de diferentes áreas da comunicação que possam atuar numa abordagem sinérgica e integrada. Essas observações são ainda mais relevantes quando se trata de instituições públicas, que necessitam pautar as informações voltadas para o interesse público, de forma clara, objetiva e transparente. É a comunicação pública voltada para a construção e consolidação da cidadania, que demanda profissionais com habilidades, competências e conhecimento, para além da comunicação. O fazer pelo fazer é insuficiente para uma sociedade que necessita e tem o direito de ser informada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivos discutir sobre as atribuições e especificidades de uma assessoria de comunicação; destacar as características da atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe e evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe nas pautas de tratamento penal e segurança pública.

Para atender o primeiro objetivo, destacamos as definições de Assessoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa, visando apontar as suas semelhanças e diferenças. Na sequência apresentamos as concepções de comunicação pública, comunicação governamental e comunicação política. Entendemos como necessária essa abordagem, tendo em vista que o nosso estudo contempla uma instituição pública: a Susepe e que tem como uma das suas finalidades o interesse público.

Posteriormente, analisamos, mesmo que brevemente o sistema prisional, resgatando algumas leis e artigos da Constituição Federal do Brasil, para contextualizar a segurança pública, o dever do Estado para com a sociedade. Em nível estadual, descrevemos a atuação da Susepe e sua vinculação à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS).

Destacamos a Susepe, seu organograma e seus departamentos que atendem as unidades prisionais. Também, realizamos uma breve análise do seu site, momento em que identificamos a assessoria de comunicação da instituição, o nosso objeto de estudo.

Conforme, mencionamos era nossa intenção analisar a atuação da assessoria de comunicação da Susepe no Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo no ambiente digital, mas com as restrições do período eleitoral, as redes sociais foram desativadas e reativadas somente após o dia 31 de outubro de 2022, após a realização do segundo turno⁸. Posto isso, optamos por evidenciar a atuação da assessoria de comunicação da Susepe nas pautas de tratamento penal e socioeducativo.

⁸ Em função da sua liberação, decidimos descrever brevemente sobre as redes sociais em que a instituição está presente, para assim entender como ela interage por meio desses canais.

A partir da breve análise do site e das redes sociais da Susepe, foi possível identificar as três frentes de atuação da assessoria: replicar os programas que são de interesse do Estado; produzir conteúdo para divulgação no site, nas redes e na mídia e produzir conteúdo para as Delegacias Penitenciárias Regionais. Tais frentes estão relacionadas aos conteúdos, que são publicados nas redes sociais e no site. Com isso, partimos para as entrevistas em profundidade, visando responder aos problemas de pesquisa e alcançar os objetivos desta monografia.

A jornalista Gisele Reginato reafirmou que a atuação da assessoria nas três frentes é de fato realizadas no dia a dia, e que as pautas de segurança pública e tratamento penal fazem parte da frente de produção de conteúdo para os canais utilizados pela Susepe e para divulgação na imprensa, assim como a produção de conteúdo para as Delegacias Penitenciárias Regionais, uma vez que essas são as que atendem os estabelecimentos prisionais. Em relação ao Programa Avançar, a coordenadora da Assessoria e a jornalista que nela atua, deixaram claro que esse programa é uma campanha do governo em exercício e por isso, a assessoria da Susepe não participa das estratégias de comunicação, apenas replica os conteúdos que a secretaria de comunicação do governo produz.

Na entrevista com a Prof.^a Dr.^a. Rosângela Florczak, questionamos sobre as semelhanças e diferenças entre a ASCOM e AI como um setor dentro das organizações públicas ou privadas. A sua resposta foi ao encontro das definições apresentados por Kopplin e Ferraretto (2009). Ainda com base nas respostas da entrevistada, reiteramos a relevância de uma organização, seja ela pública ou privada, de possuir uma assessoria de comunicação em seu organograma, que seja atuante. Ressaltamos a importância desse setor, principalmente nas organizações públicas, pois como vimos no decorrer do trabalho, esse tipo de organização tem como responsabilidade a prestação de contas à sociedade, levando informação ao cidadão. Sob essa perspectiva, acreditamos que o melhor setor para promover a comunicação pública seja a assessoria de comunicação, que tenha profissionais das diversas áreas da comunicação, com conhecimento não somente do seu segmento, mas também da comunidade e da sociedade.

Esperamos que a presente monografia possa contribuir para novos estudos sobre temáticas vinculadas à segurança pública, principalmente no que se refere ao sistema penitenciário e a comunicação.

Ainda à guisa de contribuição, cabe-nos mencionar que, identificamos algumas fragilidades na estrutura do site, assim como a falta de acessibilidade e atualização das informações, o que nos leva a sugerir à assessoria de comunicação observar com cuidado as informações, que estão publicadas no site e verificar quais delas precisam ser atualizadas e até excluídas. Caso as informações antigas não possam ser excluídas sugerimos a criação de uma página destinada à memória institucional da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe.

REFERÊNCIAS

ALAMANSA, Ana. **Assessorias de Comunicação**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

ANDRÉ. Jamile Franceschi. **Em Que Medida A Intolerância Da Sociedade Com O Infrator Contribui Para O Caos Estrutural Do Sistema Carcerário Gaúcho**. 2020. Monografia - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ASSUMPÇÃO, Douglas Junio Fernandes. VILLEGAS, Greicy Marianne Lopes Guimarães Cahuana. **Relações Públicas Como Planner No Processo De Criação E Planejamento De Sites**. Palmas, 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.intercom.org.br/papers/regionalis/norte2012/resumos/R29-0051-1.pdf> Acesso em: 11 nov. 2022.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de Comunicação Pública**. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL PARALELO. **O problema da (in)segurança pública no Brasil**. São Paulo, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/seguranca-publica-brasil> Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 out. 2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Cem anos de assessoria de imprensa**. In: DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

DA ALMEIDA, Clarisse de Mendonça E.; SILVEIRA, Marcio Telles; STEGANHA, Roberta. **Assessoria de Imprensa e Outras Especificidades no Jornalismo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa no Brasil**. In: DUARTE, Jorge (org). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

DUARTE, Jorge. **Instrumentos de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Jorge. **Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

DUARTE, Jorge Antonio Barros. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GAZETA DO POVO. **Desencarceramento em massa: medida é positiva para resolver os problemas do sistema prisional?** Porto Alegre, 17 maio 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/desencarceramento-em-massa-medida-e-positiva-para-resolver-os-problemas-do-sistema-prisional/> Acesso em: 11 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

KOPPLIN, Elisa E.; FARRARETTO, Luiz Artur. **Assessoria De Imprensa**. São Paulo: Summus, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento De Relações Públicas Na Comunicação Integrada**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm Acesso em: 11 abr. 2022.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. **A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044. Acesso em: 15 out. 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br> Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

OLIVEIRA, Ivone Lourde de; PAULA, Maria Aparecida de. **Processos e estratégias de comunicação no contexto das organizações**. In: OLIVEIRA, Ivone Lourdes de; LIMA, Fábila Pereira (Org). **Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional**. São Caetano do Sul/SP: Difusão Editora. Rio de Janeiro: Senac Editora, 2012, p.68-77.

SCROFERNEK CER, Cleusa Maria Andrade. **Comunicando Juntos**. In: LOPES, Boanerges, E.; VIEIRA, Roberto Fonseca. *Jornalismo E Relações Públicas: Ação E Reação: Uma Perspectiva Conciliatória Possível*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SENADO FEDERAL. Rádio Senado. **Pesquisa aponta redução de homicídios no país em 2021**. Brasília, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/02/22/pesquisa-aponta-reducao-de-homicidios-no-pais-em-2021> Acesso: 15 out. 2022.

SUSEPE. **Departamento de Tratamento Penal**. Porto Alegre, 30 jun. 2021. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=77&cod_conteudo=275 Acesso em: 11 abr. 2022.

SUSEPE. **[Site]**. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php> Acesso em: 19 out. 2022.

SUSEPE. **Nossa História**. Porto Alegre, 06 dez. 2021. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=185 Acesso em: 17 out. 2022.

SUSEPE. **Presídios - Delegacias Penitenciárias**. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=7 Acesso em: 19 out. 2022.

TERRA, Carolina Frazon. *Relacionamentos Nas Mídias Sociais (Ou Relações Públicas Digitais): Estamos Falando Da Midiatização Das Relações Públicas?* **Revista Organicom**, São Paulo, SP, n. 22, p. 105 - 117, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139271/134612>. Acesso em: 11 nov. 2022.

WEBER, Maria Helena. **Na Comunicação Pública, a captura do voto**. LOGOS 27: Mídia e Democracia, Rio de Janeiro, ano 14, p. 21-42, 2007. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/antigos/logos_27/logos_27.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

WEBER, Maria Helena. **Visibilidade e Credibilidade: Tensões da Comunicação Política**. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com as servidoras da Susepe

1. Por que a Susepe não está mais vinculada à Secretaria de Segurança Pública e sim, à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS)? Como foi o processo de migração da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS)?
2. A Susepe possui uma Assessoria de Comunicação e/ou Assessoria de Imprensa separada da SJSPS? Por que dessa denominação?
3. Como atua a assessoria da Susepe?
4. Como foi a visibilização do Programa Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo e quais foram as estratégias de comunicação? Mídia tradicional e digital foram utilizadas?
5. Alguma observação que julga importante acrescentar?

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com a professora Rosângela Florczak

1. Quais as principais diferenças entre uma assessoria de comunicação e assessoria de imprensa de uma organização privada e pública?
2. Como você entende esse setor nessas organizações?
3. A assessoria de comunicação está ligada ao interesse público? Por quê?
4. Na sua opinião, quais as habilidades e competências que um profissional necessita ter para atuar em uma assessoria?
5. Alguma observação que julga importante acrescentar?

ANEXO A – Termo de cessão de direitos das entrevistadas



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO,
ARTES E DESIGN
FAMECOS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, (nome completo) GISELE DOTTO REGINATO, (nacionalidade) BRASILEIRA, (estado civil) CASADA, inscrito(a) no Registro Geral sob o nº 10.771.000.80 e no CPF sob o nº 005.032.240-86 residente e domiciliado(a) na Rua/Av. EUDEMO BELINZAGHI, nº 805, cidade de PORTO ALEGRE, (UF) RS cedo, total e definitivamente, por meio desta, a utilização de minha imagem, som, produções artísticas e produções acadêmicas ao Curso de Relações Públicas da Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Autorizo que estas sejam objeto de toda e qualquer forma de utilização, assim como edição, sem limitação de qualquer espécie, inclusive territorial, seja qual for a forma ou processo de transporte de sinal e suporte material utilizado para a comunicação audiovisual ao público, estes existentes ou que venham a ser criados.

Declaro que a cessão de direitos de uso de imagem, som, produções artísticas e produções acadêmicas aqui ajustada tem caráter definitivo, autorizando a sua reprodução e transmissão em número indeterminado de vezes, por qualquer meio de comunicação existente e por tempo indeterminado, bem como, a transmissão, gratuita ou onerosa, a terceiros, dos direitos aqui havidos.

A utilização de imagem e som de voz gravados em programas e chamadas, não ensejará ao cedente – signatário qualquer direito ou remuneração.

Declaro, ainda, que o faço sem qualquer onerosidade.

Porto Alegre, 14 de OUTUBRO de 20 22


Assinatura



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO,
ARTES E DESIGN
FAMECOS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, (nome completo) ROSÂNGELA FLORCIAN DE OLIVEIRA, (nacionalidade) _____, (estado civil) DIVORCIADA, inscrito(a) no Registro Geral sob o nº 9043823435 e no CPF sob o nº 595.518.510-5 residente e domiciliado(a) na Rua/Av. ENS. MOULPOSTEIN, nº 16/109 cidade de PORTO ALEGRE, (UF) RS cedo, total e definitivamente, por meio desta, a utilização de minha imagem, som, produções artísticas e produções acadêmicas ao Curso de Relações Públicas da Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Autorizo que estas sejam objeto de toda e qualquer forma de utilização, assim como edição, sem limitação de qualquer espécie, inclusive territorial, seja qual for a forma ou processo de transporte de sinal e suporte material utilizado para a comunicação audiovisual ao público, estes existentes ou que venham a ser criados.

Declaro que a cessão de direitos de uso de imagem, som, produções artísticas e produções acadêmicas aqui ajustada tem caráter definitivo, autorizando a sua reprodução e transmissão em número indeterminado de vezes, por qualquer meio de comunicação existente e por tempo indeterminado, bem como, a transmissão, gratuita ou onerosa, a terceiros, dos direitos aqui havidos.

A utilização de imagem e som de voz gravados em programas e chamadas, não ensejará ao cedente – signatário qualquer direito ou remuneração.

Declaro, ainda, que o faço sem qualquer onerosidade.

Porto Alegre, 20 de OUTUBRO de 2022


Assinatura



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO,
ARTES E DESIGN
FAMECOS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, (nome completo) Suelen Lytarda, (nacionalidade) brasileira, (estado civil) solteira, inscrito(a) no Registro Geral sob o nº 6091373875 e no CPF sob o nº 0065096003 residente e domiciliado(a) na Rua/Av. Independência 1060, nº _____, cidade de Porto Alegre, (UF) RS, cedo, total e definitivamente, por meio desta, a utilização de minha imagem, som, produções artísticas e produções acadêmicas ao Curso de Relações Públicas da Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Autorizo que estas sejam objeto de toda e qualquer forma de utilização, assim como edição, sem limitação de qualquer espécie, inclusive territorial, seja qual for a forma ou processo de transporte de sinal e suporte material utilizado para a comunicação audiovisual ao público, estes existentes ou que venham a ser criados.

Declaro que a cessão de direitos de uso de imagem, som, produções artísticas e produções acadêmicas aqui ajustada tem caráter definitivo, autorizando a sua reprodução e transmissão em número indeterminado de vezes, por qualquer meio de comunicação existente e por tempo indeterminado, bem como, a transmissão, gratuita ou onerosa, a terceiros, dos direitos aqui havidos.

A utilização de imagem e som de voz gravados em programas e chamadas, não ensejará ao cedente – signatário qualquer direito ou remuneração.

Declaro, ainda, que o faço sem qualquer onerosidade.

Porto Alegre, 19 de outubro de 2022

Suelen Lytarda

Assinatura



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br